

N. F. Nº - 272466.1073/23-0
NOTIFICADO - CENTER MÓVEIS COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETROS LTDA.
NOTIFICANTE - RENATO AGUIAR DE ASSIS
ORIGEM - DAT SUL / IFMT / POSTO FISCAL BAHIA-GOÍÁS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.09.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0184-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. Na defesa, foram apresentadas todas as notas fiscais da operação, inclusive a que faltou (2192269) e que consta no demonstrativo do autuante, e também as duas notas fiscais do adquirente originário (Armazém Bahia) situada em Linhares no Espírito Santo, para a Center Móveis, com as mesmas mercadorias, alíquota de 12% com destaque de ICMS, e com o respectivo comprovante de pagamento do ICMS antecipação parcial na data de 31.07.2023, portanto, antes da lavratura da notificação em 12.08.2023. Notificação **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal foi lavrada no Trânsito de Mercadorias em 12.08.2023, e lançou ICMS no valor histórico de R\$ 23.500,24, acrescido de multa de 60%, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº. 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº. 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Descrição dos fatos: falta de recolhimento do ICMS antecipação tributária parcial das operações nas aquisições interestaduais de mercadorias conforme DANFES relacionados.

Às fls. 28/32 o notificado impugnou o lançamento, com as seguintes razões, em resumo:

Que se trata das notas fiscais 2192268, 2192269, 2192270 e 2192271 do fornecedor INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HENN LTDA, 02 notas com CFOP 6923, remessa por conta e ordem de terceiros e 02 notas com CFOP 6118, venda de produção do estabelecimento entregue ao destinatário por conta e ordem do adquirente originário.

Explica que se tem como adquirente originário o ARMAZÉM BAHIA DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS, como vendedor remetente a INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HENN LTDA e como destinatário final a CENTER MÓVEIS COMÉRCIO DE MÓVEIS.

Que o vendedor remetente é o fornecedor da mercadoria e responsável pela remessa ao destinatário final, por conta e ordem do adquirente originário. O adquirente originário é o contribuinte que adquire a mercadoria do vendedor remetente e sem que transite pelo seu estabelecimento, vende a mercadoria ao destinatário final, e autoriza o remetente a realizar a entrega da mercadoria por sua conta e ordem.

O destinatário final é aquele que compra a mercadoria do adquirente originário e recebe por conta de remessa realizada pelo vendedor remetente.

Que tomando por base as notas 2192269 e 2192268, o vendedor remetente (INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HENN) emitiu a nota com CFOP 6118 (venda de produção do estabelecimento por conta e ordem do adquirente originário) tendo como destinatário o adquirente originário e uma nota com CFOP 6923 (remessa por conta e ordem de terceiro), tendo como destinatário final a CENTER MÓVEIS LTDA.

Por sua vez o adquirente originário emitiu a nota fiscal 1153 com CFOP 6120 (venda de mercadoria adquirida de terceiros, entregue ao destinatário pelo vendedor remetente em venda à ordem), para o destinatário final – CENTER MÓVEIS LTDA.

Que o ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL deve ser calculado sobre a nota fiscal 1153, aquela que representa venda de mercadorias para o contribuinte do Estado da Bahia, não devendo ser exigido o ICMS sobre as demais notas que acobertam a operação.

De maneira equivocada o autuante exige antecipação parcial sobre as notas de CFOP 6923 (remessa por conta e ordem de terceiros) e 6118 (venda de produção do estabelecimento entregue ao destinatário por conta e ordem), uma exigência descabida.

Destaque-se que o mesmo ocorreu com as notas fiscais 219270 e 2192271. Que o ICMS antecipação parcial foi devidamente recolhido (DAES em anexo) sobre as notas fiscais 1153 e 1154 (CFOP 6120).

Pede pela nulidade do lançamento ou que, no mérito, seja reconhecida a improcedência.

VOTO

De início devo analisar minuciosamente as peças processuais. A notificação fiscal foi lavrada em 12.08.2023 por falta de antecipação parcial por contribuinte descredenciado. O termo de ocorrência (fl. 03) também do dia 12.08.2023, foi lavrado às 14:41; a intimação por DT-e, foi feita em 06.10.2023, com ciência expressa por leitura na mesma data.

No demonstrativo de cálculo, consta a nota fiscal 2192269 e 2192271. A nota fiscal 219271 foi anexada pelo autuante às fls. 19, sendo a natureza da operação remessa de mercadoria com destino a Center Móveis Comércio Ltda.

A outra nota fiscal 2192269 não está anexada, mas apenas citada no campo das informações complementares da nota fiscal 2192268, de venda de produção da remetente (Indústrias Henn) para Armazém Bahia, o adquirente original.

Assim, foi utilizada a base de cálculo desta venda de produção, enquanto na outra nota fiscal, 2192271, é uma nota de remessa de mercadoria do vendedor-remetente para o destinatário final, Center Móveis, que foi autuada.

O cálculo do autuante considerou crédito de ICMS de R\$ 5.456,57 na venda para o adquirente originário (7%), uma empresa de Linhares, no Espírito Santo, conforme se verifica na nota fiscal 2196689 (fl. 14) e já na outra nota fiscal que consta no demonstrativo, 2192271, por ser a nota de remessa real de mercadoria para a Center Móveis, sequer consta destaque de ICMS (o que é correto), já que o adquirente originário é quem tem de remeter nota fiscal de remessa ficta com destaque de ICMS para o destinatário final.

O autuante utilizou a base de cálculo da remessa ficta de venda do fornecedor para o adquirente original, que tem alíquota de ICMS de 7%, com destaque de imposto, pois naquele momento estava se tratando de venda de uma indústria em Santa Catarina para uma empresa no Espírito Santo.

Na venda por conta e ordem de terceiros, há um fornecedor ou vendedor-remetente, que emite nota fiscal ao adquirente original, embora não ocorra a entrega real da mercadoria, com destaque de imposto, e o adquirente original recebe e dá entrada ficta na mercadoria, registrando o crédito na sua escrituração fiscal, e a seguir, emite nota fiscal de remessa também ficta (já que a mercadoria saiu diretamente do fornecedor para o destinatário final) para o adquirente final, com

tributação, destacando ICMS na saída com alíquota pertinente à operação, embora a mercadoria sequer transite no seu estabelecimento.

A operação é completada com a emissão de outra nota fiscal pelo fornecedor ou vendedor-remetente, para o destinatário final para o qual a mercadoria é conduzida diretamente, sem destaque do imposto, já que o destaque é obrigatório na primeira nota fiscal de remessa ficta para o adquirente originário.

Enfim, a nota fiscal sobre a qual deve se calcular o imposto devido por antecipação parcial, é a nota de venda do adquirente originário para o destinatário final, pois juridicamente é esta a operação de vendas de mercadorias, no caso concreto, de uma empresa do Estado do Espírito Santo para uma deste Estado da Bahia, pois a operação de remessa do vendedor-remetente para o fornecedor diretamente para o destinatário final, ocorre por uma questão de logística de transporte, já que uma remessa física para o adquirente originário encarece a operação. Esta é a razão de ser de uma operação por conta e ordem de terceiros.

Na defesa, foram apresentadas todas as notas fiscais da operação, inclusive a que faltou ser anexada pelo autuante (2192269) mas que consta no demonstrativo da notificação, e também as duas notas fiscais do adquirente originário (Armazém Bahia) situada em Linhares no Espírito Santo, para a Center Móveis, com as mesmas mercadorias, alíquota de 12% com destaque de ICMS.

Há também o respectivo comprovante de pagamento do ICMS antecipação parcial na data de 31.07.2023, portanto, antes da lavratura da notificação fiscal em 12.08.2023, com utilização da base de cálculo correta, a remessa ficta do adquirente originário para o destinatário final. Assim, embora o erro da base de cálculo do lançamento seja passível de correção, o imposto foi pago antes mesmo da lavratura da notificação fiscal.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal de nº **272466.1073/23-0**, lavrada contra **CENTER MÓVEIS COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETROS LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 06 de agosto de 2024.

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR